

PARQUE DA CIDADE DO PORTO



DECLARAÇÃO AMBIENTAL

2018

2ª Atualização

ÍNDICE

1 INTRODUÇÃO	3
1.1 Identificação e Contactos	3
1.2 Âmbito de Registo do Parque da Cidade do Porto no EMAS	3
1.3 Apresentação.....	4
1.4 Descrição do Parque da Cidade do Porto	5
2 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	9
2.1. Política de Gestão.....	9
2.2. Sistema de Gestão.....	10
2.3. Determinação do contexto da organização	10
2.4. Determinação das partes interessadas e das suas necessidades e expetativas	12
2.5. Aspetos Ambientais e Impactes Ambientais.....	13
3 DESEMPENHO AMBIENTAL.....	17
3.1. Objetivos ambientais e planeamento de ações para os atingir	17
3.2. Consumo de Recursos	19
3.2.1 Consumo de água da rede (água potável).....	19
3.2.2 Consumo de água para rega.....	20
3.2.3 Consumo de energia elétrica	21
3.2.4 Consumo de gasóleo, gasolina, gás propano e gás natural	22
3.3. Produção de Resíduos	22
3.4. Biodiversidade.....	24
3.5. Emissões de CO ₂	26
4 COMUNICAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO.....	28
5 REQUISITOS LEGAIS/CONFORMIDADE LEGAL	30
6 VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL.....	36

1 | INTRODUÇÃO

1.1 Identificação e Contactos

Designação	Câmara Municipal do Porto Pelouro da Inovação e Ambiente Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas Divisão Municipal de Estrutura Verde Parque da Cidade do Porto
Morada	Estrada interior da Circunvalação n.º 15443, 4100 - 183 Porto
Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas (Representante da Gestão de Topo)	Dra. Teresa Gabriela Marques Leite
Responsável EMAS	Eng.ª Maria Cristina Magalhães
Número de Colaboradores	98
Telefone:	225 320 086
Website:	www.cm-porto.pt
Email:	parquesurbanos@cm-porto.pt
N.º Identificação de Pessoa Coletiva – NIPC	501 306 099
Tipo de sociedade	Pessoa coletiva de direito público
Atividade (CAE Rev. 3)	84113
Código NACE	8130

1.2 Âmbito de Registo do Parque da Cidade do Porto no EMAS

Gestão do Parque da Cidade do Porto

1.3 Apresentação

Compromisso na Preservação, Proteção e Melhoria do Ambiente

O Município do Porto traçou uma estratégia de médio e longo prazo para o Ambiente, focada nos desafios mais prementes dos 3 pilares da sustentabilidade (ambiente, economia e sociedade) tendo dedicado um eixo estruturante na sua Estratégia Municipal para o desenvolvimento de um novo paradigma de estrutura ecológica municipal: "Porto, Cidade Verde, Invicta, mas Resiliente".

Este compromisso estratégico do atual Executivo reflete uma aposta clara no desenho e expansão da estrutura verde como solução ativa e dinâmica para promover a adaptação da cidade às alterações climáticas; na implementação de soluções baseadas na natureza em espaços públicos passíveis de oferecer múltiplos benefícios e serviços ecológicos à cidade; na redução da distância dos cidadãos aos espaços verdes e no envolvimento direto da sociedade civil na construção dos vários projetos de valorização ambiental em curso.

É dentro deste contexto e posicionamento estratégico do Município, de melhoria contínua da sua estrutura verde, que ganha expressão e sentido a implementação do EMAS-Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (Eco Management and Audit Scheme) no Parque Ocidental da Cidade, por ser este o parque mais emblemático, com dimensão metropolitana e o pioneiro em termos nacionais a obter este registo.

Este sistema tem como objetivos a avaliação e melhoria do desempenho ambiental e a prestação de informações relevantes ao público e a outras partes interessadas, a par de uma dinâmica de melhoria contínua do desempenho ambiental que se faz através do desenvolvimento de procedimentos de planeamento e gestão que garantem o controlo do impacto ambiental das suas atividades, produtos e serviços.

O Parque da Cidade, através da sua declaração ambiental, comunica e dissemina os principais indicadores relacionados com os aspetos ambientais relevantes, que permitiram atingir as metas e os benefícios concretos adequados ao registo EMAS, tais como:

- O aumento dos ganhos relacionados com a melhoria da eficiência energética e da utilização de recursos;
- A diminuição da produção de resíduos;
- A redução de incidentes negativos;
- A melhoria das relações com as partes interessadas.

Resta-me expressar o meu agradecimento a todos os envolvidos neste registo EMAS, com a plena convicção que este espelha uma estrutura organizacional empenhada e credível no âmbito da gestão ambiental, e que espera alcançar os níveis de desempenho estabelecidos numa perspetiva de melhoria contínua.

Filipe Araújo

O Vice Presidente da Câmara Municipal do Porto

1.4 Descrição do Parque da Cidade do Porto

O Parque da Cidade apresenta espaços verdes, lagos, charcas, balneários para os utilizadores do Parque e espaços concessionados que, embora integrados no parque, a sua gestão não é da sua responsabilidade. O espaço designado de Queimódromo encontra-se sob a gestão da PortoLazer, E.E.M.

Descrição das Atividades do Parque da Cidade do Porto

O Parque da Cidade, sendo um espaço verde público com uma área de 781 202 m², proporciona um espaço para realização de atividades de lazer entre outras, sendo frequentado por vários visitantes diariamente.

O Parque da Cidade tem um edifício administrativo com secretaria, gabinetes técnicos e casas de banho, um armazém onde são armazenados os produtos químicos e os equipamentos agrícolas utilizados na manutenção do parque. Destes equipamentos destacam-se os tratores, motorroçadoras, máquinas de corte de relva, entre outras.

Relativamente às atividades de manutenção dos espaços verdes, destacam-se a rega, podas, cortes de relva, sendo estas tarefas planeadas de acordo com as necessidades do parque.

No Parque da Cidade existem espaços concessionados como restaurantes, Pavilhão da Água, Sport Clube do Porto e lojas.

O Parque da Cidade acolhe eventos de natureza lúdica, desportiva e cultural que são devidamente autorizados pela Divisão Municipal de Parques Urbanos da Câmara Municipal do Porto.

Todas estas atividades foram consideradas no levantamento ambiental, tendo sido identificados os aspetos ambientais diretos e indiretos e avaliada a respetiva significância de acordo com a metodologia apresentada na Declaração Ambiental.

Parque da Cidade do Porto

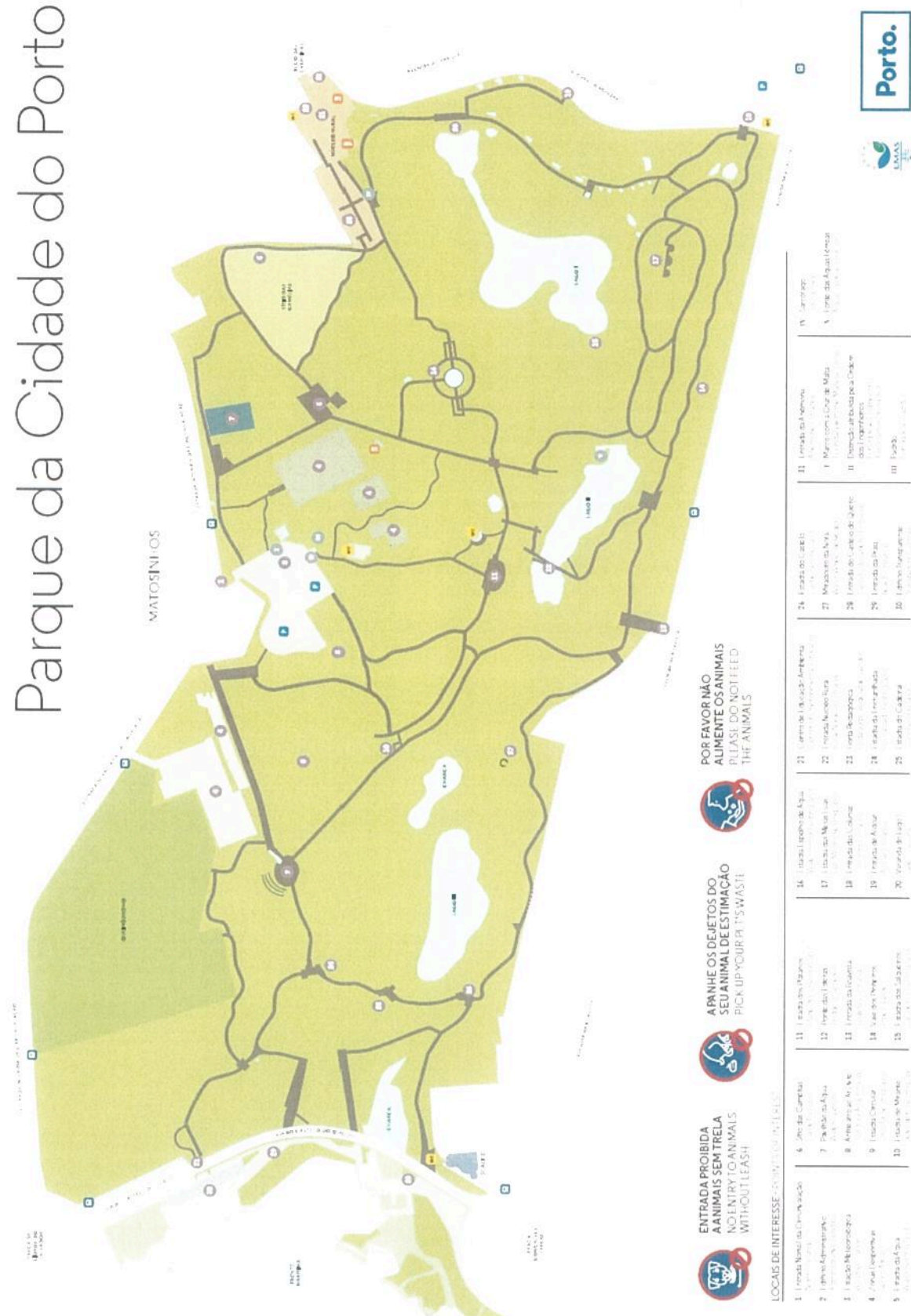


Figura 1 - Mapa do Parque da Cidade do Porto

Estrutura Organizacional

O Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas (DMEVGI) encontra-se organizado de acordo com a seguinte estrutura:

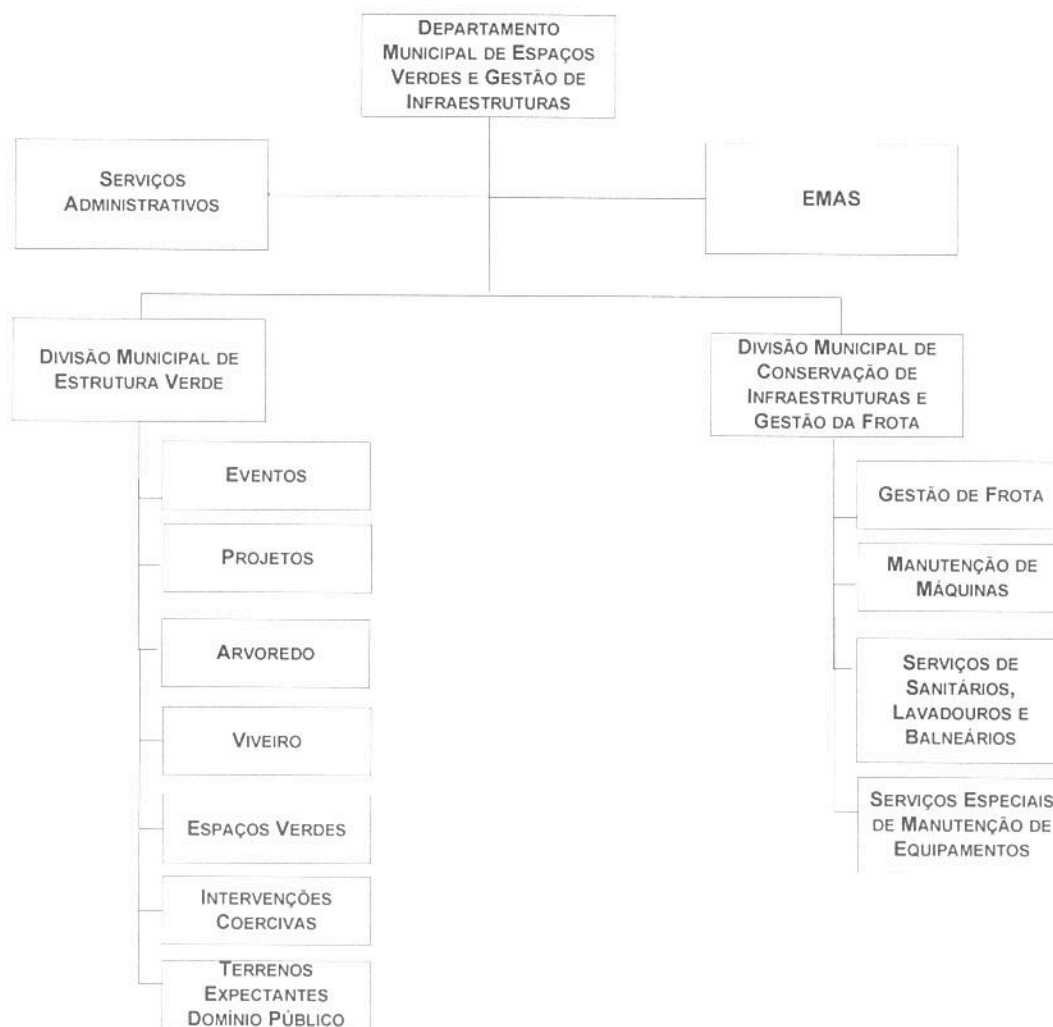


Figura 2 – Organograma da DMEVGI



Figura 3 - Lago I

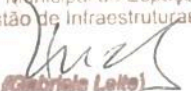
2| SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

2.1. Política de Gestão

O Parque da Cidade é uma obra de arte de Arquitetura Paisagista, um espaço aberto ao público e tem um elevado significado urbanístico e cultural. O Parque da Cidade convida à fruição das suas paisagens, à prática informal de atividades desportivas, de lazer, de convívio, de repouso contemplativo, proporcionando assim a ocupação saudável de tempos livres. É de sublinhar que são várias as instituições de ensino que utilizam intensamente o Parque da Cidade como espaço educativo, principalmente nos meses de Primavera e Verão assim como acolhe também eventos de natureza distinta e de grande envergadura.

A Câmara Municipal do Porto, reconhecida como uma entidade pró-ativa na procura continuada de qualidade de vida para os cidadãos, pretende mostrar no Parque da Cidade, além da manutenção da obra na sua dimensão paisagística, a observação de cuidados com a implementação do sistema de gestão ambiental através do cumprimento dos seguintes requisitos:

- Garantir o cumprimento das obrigações de conformidade relacionadas com os aspetos ambientais associados às operações de manutenção e formas de utilização do Parque da Cidade;
- Proteção do ambiente, incluindo a prevenção da poluição que possa ser gerada através das atividades desenvolvidas, adotando as melhores práticas de higiene e limpeza, tratamento/encaminhamento de resíduos, jardinagem, gestão da água e energia nas vertentes técnica e económica;
- Melhorar continuamente o desempenho ambiental, promovendo a utilização racional de recursos naturais e a valorização dos resíduos produzidos;
- Assegurar a manutenção e a conservação do coberto vegetal e da biodiversidade do Parque da Cidade como suporte da expressão estética da paisagem;
- Assegurar à comunidade utilizadora do Parque da Cidade condições adequadas ao seu bem-estar, e promover ações de sensibilização/educação ambiental;
- Fomentar a comunicação interna e externa com as partes interessadas, incluindo a divulgação desta Política Ambiental ao público em geral.

A Diretora do
Departamento Municipal de Espaços Verdes
e Gestão de Infraestruturas

(Gabriela Leite)

2.2. Sistema de Gestão

O Parque da Cidade do Porto tem implementado e certificado um Sistema de Gestão Ambiental desde 2007.

Atendendo à responsabilidade social da Câmara Municipal na proteção e melhoria do ambiente na cidade, em 2015, o Pelouro de Inovação e Ambiente decidiu participar no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro, alterado pelo Regulamento (UE) 2017/1505 da Comissão, de 28 de agosto de 2017, que constitui um instrumento de gestão voluntário com o objetivo de promover a melhoria contínua do desempenho ambiental, bem como a disponibilização de informação relevante ao público e outras partes interessadas. O Parque da Cidade do Porto obteve o registo no EMAS em 17 de abril de 2017.



2.3. Determinação do contexto da organização

O Parque da Cidade determinou as questões externas e internas através de uma análise SWOT que se apresenta de seguida:

Análise SWOT

Pontos Fortes: (S) Strengths (Pontos Fortes, de origem interna)

1. Equipa com competências técnicas e operacionais na manutenção do Parque
2. Certificação ambiental Norma ISO 14001:2015 da Câmara Municipal do Porto
3. Compromisso da gestão de topo com as questões ambientais (exemplos: investimento nas frotas elétricas, plantação de espécies em vias de extinção, dinamização dos espaços e manutenção do registo no EMAS do parque da cidade)
4. Qualidade e dimensão do espaço verde dentro da cidade do Porto
5. Condições ambientais positivas (Ex: qualidade do ar, espaço verde, biodiversidade - flora e fauna)
6. Facilidade de comunicação com os Municípios - através do site, jornal e correio eletrónico
7. Facilidade de comunicação aos colaboradores - através do Portal do colaborador, Portal de Gestão da Qualidade, site institucional, e-mail e placards operacionais

Pontos Fracos: (W) Weaknesses (Pontos Fracos, de origem interna)

1. Impactes ambientais associados aos aspetos ambientais
2. Equipa escassa para manutenção do Parque (arvoredo e áreas verdes)
3. Degradação do espaço verde aquando da realização de eventos
4. Inexistência de controlo das entradas no Parque
5. Meios escassos para divulgação do EMAS às partes interessadas
6. Papeleiras existentes no Parque que não promovem a separação de resíduos valorizáveis

Ameaças: (T) Threats (Ameaças externas)

1. Alterações climáticas (condições ambientais nas quais a organização opera e que não consegue controlar)
2. Alteração constante da legislação
3. Vandalismo (sobre o arvoredo / plantas / mobiliário urbano)
4. Falta de cumprimento de boas práticas ambientais pelos utilizadores do Parque, promotores de eventos e fornecedores/prestadores de serviços
5. Possibilidade de incumprimento das obrigações de conformidade pela CMP, promotores de eventos, fornecedores/prestadores de serviços

Oportunidades: (O) Opportunities (Oportunidades externas)

1. Melhorar a comunicação das Boas Práticas de Ambiente e Segurança (Ex: Divulgação do Guia de Boas Práticas de Ambiente e Segurança e do Manual de Boas Práticas Ambientais - Gestão de Eventos)
2. Potenciar a separação de resíduos valorizáveis no Parque (Ex: Equipar o Parque com mais equipamentos para Recolha seletiva)
3. Sensibilizar sobre a utilização correta dos espaços verdes
4. Reconversão da frota de veículos movidos a combustíveis fósseis, para viaturas amigas do ambiente
5. Acolhimento de Projetos no âmbito da manutenção de espécies de Flora e Fauna no Parque

2.4. Determinação das partes interessadas e das suas necessidades e expetativas

Tipo	Partes Interessadas relevantes para o SGA	Parte Interessada Relevante	Requisitos das Partes Interessadas		Obrigações de Conformidade	Riscos	Oportunidades
			Necessidades	Expetativas			
EXTERNA	Fornecedores / Prestadores de serviços	SIM	Contacto direto na CMP, que lhes possa tirar as dúvidas ao elaborar a proposta e posteriormente na receção da nota de encomenda. Receber atempadamente as faturas.	Ser corretamente avaliado pelos serviços da CMP. Continuar a ser auscultado para apresentação de propostas.	Emissão de e-GAR Aquisição de tintas e vernizes que indiquem o respetivo teor de COV que não excedem os valores limite previstos e a verificação da rotulagem Fornecimento das Fichas de dados de segurança dos produtos químicos utilizados. Verificar a existência de marcação CE e potência sonora visível nos equipamentos.	T4 T5	—
EXTERNA	Município	SIM	Rapidez e transparência de resposta às solicitações de autorizações de eventos/reclamações/outras solicitações.	Execução com qualidade, eficácia e eficiência.	—	—	S6
EXTERNA	Utilizadores dos parques urbanos	SIM	Disponibilização do Parque para a realização de atividades desportivas, de lazer, de convívio e de repouso contemplativo ao ar livre.	Disponibilização das áreas verdes, limpas, seguras.	Código Regulamentar do Município do Porto Manual de Boas Práticas Ambientais - Gestão de Eventos	T3 T4	S4 S5 O3
INTERNA	Trabalhadores	SIM	Dar resposta às várias solicitações no âmbito da gestão do Parque. Assegurar a formação contínua aos trabalhadores. Boas condições de trabalho. Garantir a comunicação relacionada com os Sistemas de Gestão.	Garantir a comunicação de forma atempada.	Separação de resíduos urbanos por fluxos para valorização.	W2	S1 S3 S5 S7
EXTERNA	Promotores de Eventos	SIM	Aprovação da utilização do espaço (Parque) para a realização do evento.	Ser informado de toda a documentação necessária para o deferimento do pedido. Resposta célere e clara.	Verificar a Gestão de Resíduos. Existência da Licença Especial de Ruído. Código Regulamentar do Município do Porto (CRMP) Manual de Boas Práticas Ambientais - Gestão de Eventos. Guia de Boas Práticas de Ambiente e Segurança.	W2 W6 T3 T4	S4 S5 S6 O1 O2 O3
EXTERNA	Agência Portuguesa do Ambiente	SIM	Reporte eletrónico de produção anual de resíduos e gases fluorados. Utilização dos sistemas informáticos disponibilizados (E-GAR).	Cumprimento prazos legalmente estabelecidos.	Licenças de captação de águas subterrâneas. Envio de MRR. Envio de Formulário de Gases fluorados. Emissão de e-GAR. Reporte de situações eminência de danos ambientais.	T2 T5	S2
EXTERNA	ADENE	SIM	Submeter o registo para a certificação energética.	Que a CMP reúna todas as condições para a certificação energética.	Certificação energética de edifícios. Certificado do edifício de comércio e serviços que disponha de uma área útil de pavimento superior a 1000 m2.	T2 T5	S2
EXTERNA	Comunidade Escolar	SIM	Disponibilidade de ações de sensibilização sobre temáticas ambientais gratuitas.	Oferta alargada e atualizada de ações de educação ambiental que complementem o projeto educativo da escola.	—	W5	S4 S5
INTERNA	Executivo	SIM	Dar cumprimento ao programa eleitoral e às orientações estratégicas.	Executar com qualidade, eficácia e eficiência as orientações estratégicas.	—	W2 W4 W5 W6	S2 S3 S4 O1 O2 O5
INTERNA	Águas do Porto	SIM	Realização de análises à água para consumo humano e outros fins.	Cumprimento dos valores de referência para os vários tipos de água.	Análises de água para consumo humano (bebidas) e outros fins.	T5	—
INTERNA	DOMUS (Empresa Municipal)	SIM	Realização de pedidos de intervenções.	Realização de pedidos de intervenções de forma atempada.	GAR/e-GAR (prestadores de serviços). GARC/Die-GAR (prestadores de serviços). Fichas de intervenção (HFC e HFC). Registos de horas de funcionamento e consumo de combustível (geradores de emergência). PPGRCD.	T4 T5	—
INTERNA	GOP (Empresa Municipal)	SIM	Realização de pedidos de intervenções.	Realização de pedidos de intervenções de forma atempada.	Guias de acompanhamento de resíduos (prestadores de serviços). Guias de acompanhamento de resíduos de construção e demolição (prestadores de serviços).	T4 T5	—
EXTERNA	Universidades	SIM	Colaboração nos estágios curriculares e disponibilização de conteúdos para a realização de estudos e pareceres (p.e. obra dos cemitérios).	Acertação do estágio de forma célere. Partilha de conhecimentos com os estagiários.	—	W5	S4 S5 O5
EXTERNA	LIFOR	SIM	Encaminhamento de resíduos.	Correto encaminhamento dos resíduos.	Assegurar que os resíduos não são abandonados.	W6	O2
EXTERNA	Operadores de gestão de resíduos (transporte e destino final)	SIM	Recolha de resíduos.	Envio de resíduos em condições de segurança e corretamente separados.	Transportes de resíduos são acompanhados por e-GAR/e-GAR.	W6	O2
EXTERNA	Companhias de Seguro	SIM	Consciencializar que caso os danos ambientais sejam imputável a uma pessoa coletiva, as obrigações legais incidem solidariamente sobre os respetivos diretores.	Participação de danos ambientais em tempo útil. Adoção de medidas que permitam evitar danos ambientais.	Seguro de Responsabilidade Ambiental.	T5 W1	S4 S5
EXTERNA	Delegação de Saúde	NÃO	Realização de estudos e programas.	Atuar em conformidade com os resultados dos estudos/ programas.	—	—	S4 S5
EXTERNA	DRAP - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	NÃO	Assegurar o cumprimento de legislação comunitária.	Cumprimento da legislação comunitária.	Cumprimento da legislação comunitária.	T2 T5	—
INTERNA	PortoLazer (Empresa Municipal)	NÃO	Articulação e apoio nos eventos realizados no Parque da Cidade.	Assegurar que os eventos decorram como o planeado.	Verificar a Gestão de Resíduos. Existência da Licença Especial de Ruído. Código Regulamentar do Município do Porto (CRMP). Manual de Boas Práticas Ambientais - Gestão de Eventos. Guia de Boas Práticas de Ambiente e Segurança.	W3 T4	S3 S4 S5 O1
INTERNA	Espaços Concessionados	SIM	Parque da Cidade em boas condições ambientais e de segurança.	Manutenção.	Cumprimento de legislação aplicável.	W1	S4 S5 O1
INTERNA	Empresa Municipal de Ambiente do Porto (EMAP)	SIM	Recolha dos resíduos urbanos.	Gestão de resíduos.	Cumprimento de legislação aplicável.	W6	O2

2.5. Aspetos Ambientais e Impactes Ambientais

Os aspetos ambientais são identificados por atividade contemplando situações normais, anómalas e de emergência, tendo em consideração a perspetiva do ciclo de vida - obtenção de matérias-primas (MP), produção da atividade/serviço (P), transporte (T), utilização (U), tratamento de fim de vida (TFV) e o destino final (DF) - estando refletida no "Levantamento Ambiental - Identificação dos Aspetos Ambientais Significativos".

Consideram-se situações normais as atividades de rotina, situações anómalas as atividades não rotineiras (ex. avaria, manutenção, etc.) e situações de emergência uma ocorrência súbita e inesperada que origina uma situação de perigo para os colaboradores da organização, para as condições ambientais ou para as instalações, como por exemplo: emergência médica, incêndio, derrame de produtos químicos, etc.

Os aspetos ambientais diretos estão associados a atividades do Parque da Cidade sobre os quais tem controlo de gestão direto e incluem:

- Consumo de recursos naturais como água, energia e outros recursos;
- Consumo de produtos químicos (Exemplo: óleos e massas lubrificantes e outros, produtos fitofarmacêuticos de acordo com o Ofício Circular nº 3/2015 da DGAV).
- Resíduos sólidos e/ou líquidos;
- Águas residuais;
- Emissões gasosas;
- Ruído ambiental.

Para cada atividade estão normalmente associados vários aspetos ambientais.

Os aspetos ambientais indiretos podem resultar da interação do Parque da Cidade com terceiros sobre os quais pode em certa medida exercer influência e incluem:

- Consumo de recursos (água, energia e outros recursos) por subcontratados/fornecedores, promotores de eventos e utilizadores do Parque (público em geral) ;
- Resíduos, emissões e ruído ambiental produzidos em atividades realizadas por subcontratados/ fornecedores e promotores de eventos.

Para cada aspeto ambiental identifica-se o potencial impacte ambiental associado, dentro das seguintes categorias:

- Diminuição da disponibilidade de recursos (naturais ou transformados);
- Degradação do solo e espaços verdes (incluindo impacte na Flora);
- Impacte na Fauna;
- Poluição atmosférica;
- Poluição aquática;
- Contaminação do solo;
- Aumento do volume de resíduos produzidos;
- Poluição sonora.

Para os aspetos ambientais são determinados os riscos e oportunidades identificados na análise SWOT, presente no registo "SGA_Contexto_Gestao_do_Risco_Oportunidades". É considerado risco se o aspeto

ambiental apresenta consequências adversas para o ambiente (Exemplo: poluição aquática e contaminação do solo) ou uma oportunidade se o aspeto ambiental apresenta consequências benéficas para o ambiente (Exemplo: resíduos verdes valorizados internamente). De acordo com a análise SWOT foram considerados riscos os pontos fracos de origem interna (W) e as ameaças externas (T) e foram consideradas oportunidades os pontos fortes de origem externa (S) e as oportunidades externas (O).

Se for identificado como risco é realizada a análise do risco (R), utilizando os critérios: gravidade (G), dimensão (D) e frequência (F). Se for identificado como oportunidade é realizada a análise da oportunidade (O), utilizando os critérios potencial de valorização/aproveitamento (PVA), dimensão (D) e frequência (F), de acordo com a seguinte metodologia:

$$R = G \times D \times F \text{ ou } O = PVA \times D \times F$$

A significância (S) dos impactes ambientais é avaliada de acordo com a seguinte metodologia:

$$S = R \text{ ou } O + OC + PI + MC$$

em que OC, PI e MC constituem critérios de significância e correspondem, respetivamente, às Obrigações de Conformidade, Partes Interessadas e Medidas de Controlo.

Os aspetos ambientais (riscos ou oportunidades) são considerados Significativos se S for superior ou igual a 17.

Para os aspetos ambientais significativos são definidos objetivos, metas, ações e respetivos prazos e responsáveis pela implementação; definidas medidas/boas práticas de controlo operacional e realizadas visitas de controlo operacional e definidas práticas de monitorização e medição.

Nos casos em que os aspetos ambientais não sejam significativos, deve ser avaliada a necessidade de definição de monitorização e medição e/ou medidas de controlo operacional de forma a evitar que o aspeto ambiental se torne significativo.

Aspetos ambientais significativos 2018

Atividades	Tipo de Situação	Aspetos Ambientais Significativos	Riscos/ Oportunidades (Análise SWOT)	Diretos/ Indiretos	Impacte Ambiental	Significância
Utilização do parque pelos visitantes	Normal	Resíduos sólidos urbanos (RSU)	O2	Direto	Aumento do volume de resíduos produzidos	36
	Não Normal (Acolhimento de grandes eventos)	Utilização do solo e espaços verdes	S4, S5, T3, T4	Direto	Degradação do solo e espaços verdes e Impacte na Fauna	19
Manutenção e conservação dos espaços verdes	Normal (Rega)	Consumo de água (captação superficial - lagos)	W1	Direto	Diminuição da disponibilidade de recursos	24

Aspetos ambientais positivos

- A valorização interna dos resíduos verdes.



Figura 4 – Parque da Cidade

3| DESEMPENHO AMBIENTAL

3.1. Objetivos ambientais e planeamento de ações para os atingir

Planeamento 2018

Aspetos Ambientais Significativos	Objetivos Ambientais	Ações	Resultados
Utilização do Parque pelos Visitantes			
Resíduos sólidos urbanos (RSU)	Diminuir a produção de RSU em 5% relativamente a 2017, potenciando a valorização de resíduos recicláveis	Promover a recolha seletiva dos resíduos produzidos no parque: Colocação de recipientes no parque para separação dos resíduos pelos utilizadores do parque Colocação de suporte de divulgação de regras de separação de resíduos junto dos recipientes Realização de Campanhas de Sensibilização para a correta separação de resíduos	Meta não atingida (Aumento de 1,03% de RSU relativamente a 2017). As ações previstas para 2018 não foram realizadas por falta de cabimento orçamental.
Utilização do solo e espaços verdes	Garantir o estado do solo e espaços verdes como antes da realização do evento em 95% dos eventos	Divulgar o Manual de Boas Práticas em todos os eventos	Meta atingida (95%). As ações foram realizadas.
		Manter práticas de controlo do "antes" e "depois" da realização dos eventos	
Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes (Rega)			
Consumo de água (captação superficial - lagos)	Manter o consumo de água para rega igual a 2017	Otimização do sistema de gestão de rega (software de controlo central IQ) implementado	Meta não atingida. Em 2018, o consumo de água para rega aumentou 1,87% relativamente a 2017, devido à recuperação do relvado em várias zonas do Parque.

Planeamento 2019

Aspetos Ambientais Significativos	Objetivos Ambientais	Ações	Recursos	Prazos
Utilização do Parque pelos Visitantes				
Resíduos sólidos urbanos (RSU)	Diminuir a produção de RSU em 5% relativamente a 2018, potenciando a valorização de resíduos recicláveis (Manteve-se a meta do ano anterior porque as ações previstas não foram realizadas)	Realização de candidatura ao Projeto Green Flag Awards.	Recursos humanos internos	1º Trimestre 2019
		Substituição de papelarias em fim de vida, em pontos estratégicos previamente identificados, para soluções que promovam a recolha seletiva de resíduos.	Recursos financeiros (Gop-12 001 2019/92 Item Económico 07011002)	4º Trimestre 2019
		Desenvolvimento de desdobráveis informativos e de divulgação do Parque.	Recursos financeiros (Gop-12 001 2019/92 1/13 Item Económico 020220)	1º Semestre 2019
Utilização do solo e espaços verdes	Garantir o estado do solo e espaços verdes como antes da realização do evento em 95% dos eventos	Divulgar o Manual de Boas Práticas em todos os eventos Manter práticas de controlo do "antes" e "depois" da realização dos eventos	Recursos humanos internos	Durante o ano de 2019
Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes (Rega)				
Consumo de água (captação superficial - lagos)	Manter o consumo de água para rega igual a 2018 (Meta dependente das condições climáticas, antiguidade do sistema de rega e necessidade de intervenções ao nível do relvado/vegetação)	Realização de Diagnóstico da Rede de Rega do Parque da Cidade. Levantamento cadastral de rede de água de rega do Parque da Cidade.	Recursos financeiros (Gop-12 001 2019/92 1/7 Item Económico 020121)	Até dezembro de 2019 (ações dependentes do procedimento de compras)

3.2. Consumo de Recursos

Na avaliação do desempenho ambiental do Parque da Cidade do Porto, foram utilizados os seguintes indicadores de desempenho ambiental: Consumo de água de rede (m^3 e $\text{m}^3/\text{colaborador}$), consumo de água para rega (m^3), consumo de energia elétrica (MWh), consumo de gásóleo, gasolina, gás propano e gás natural (m^3), resíduos (ton), utilização do solo no respeitante à biodiversidade (m^2) e emissões de CO_2 (ton CO_2e).

Para os indicadores de desempenho ambiental consumo de água para rega, consumo de energia elétrica, consumo de gásóleo, gasolina, gás propano e gás natural, resíduos e e emissões de CO_2 , apenas consideramos o valor absoluto (valor A), pelo facto de quando utilizado o valor B referido no ponto C) do Anexo IV do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de novembro, alterado pelo Regulamento (UE) 2017/1505 da Comissão, de 28 de agosto de 2017, nomeadamente dimensão da organização, expressa em número de colaboradores, os resultados não refletiam a realidade nem a especificidade do Parque da Cidade do Porto, não permitindo medir o desempenho ambiental de forma adequada. Da mesma forma, utilizando outro valor B que nos parecia mais adequado à realidade do parque, nomeadamente a área do Parque em m^2 , os valores R dos indicadores consumo de água para rega, consumo de energia elétrica, consumo de gásóleo, gasolina, gás propano e gás natural, resíduos e e emissões de CO_2 tinham como resultado zero, não permitindo medir o desempenho ambiental.

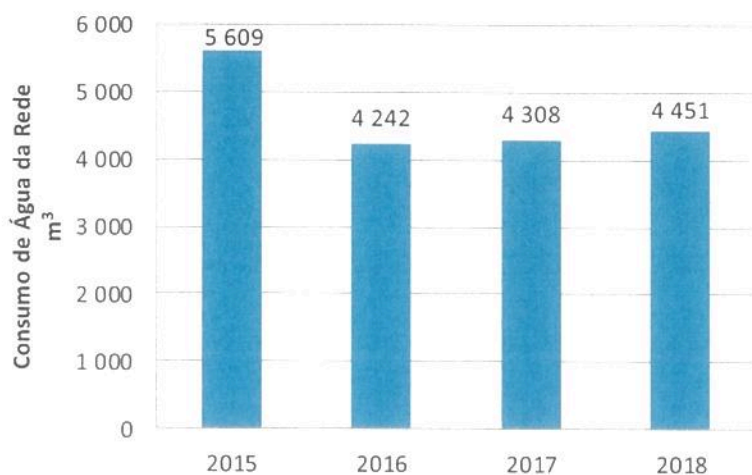
De seguida são reportados os indicadores da água, eficiência energética, produção de resíduos, biodiversidade e emissões. Relativamente à eficiência de materiais, o Parque da Cidade não identifica nenhum indicador associado ao fluxo mássico anual dos vários materiais utilizados, expressos em toneladas, justificada pela diversidade de materiais utilizados na sua atividade essencialmente de serviços.

A partir de janeiro de 2017, foram considerados 98 colaboradores, pelo facto de se ter realizado a transferência de outros serviços da CMP (DMPCASU) para o parque da cidade.

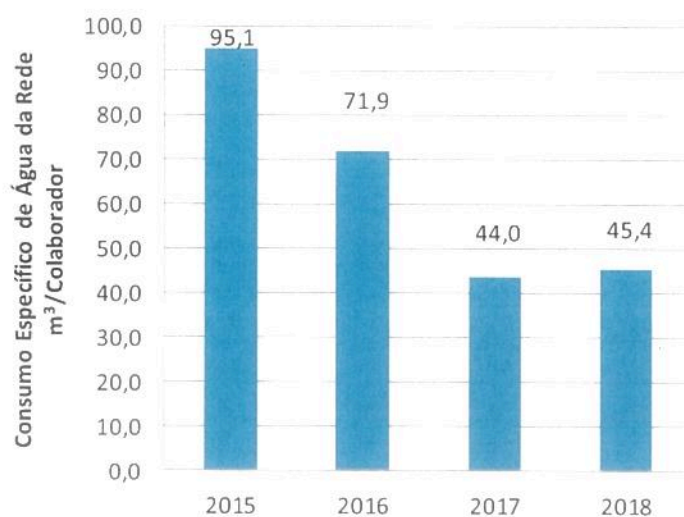
3.2.1 Consumo de água da rede (água potável)

Em 2018 o consumo de água de rede aumentou 3,3% relativamente a 2017 atendendo à variação do n.º de utilizadores do parque.

Consumo de Água da Rede de 2015 a 2018



Consumo Específico de Água da Rede de 2015 a 2018

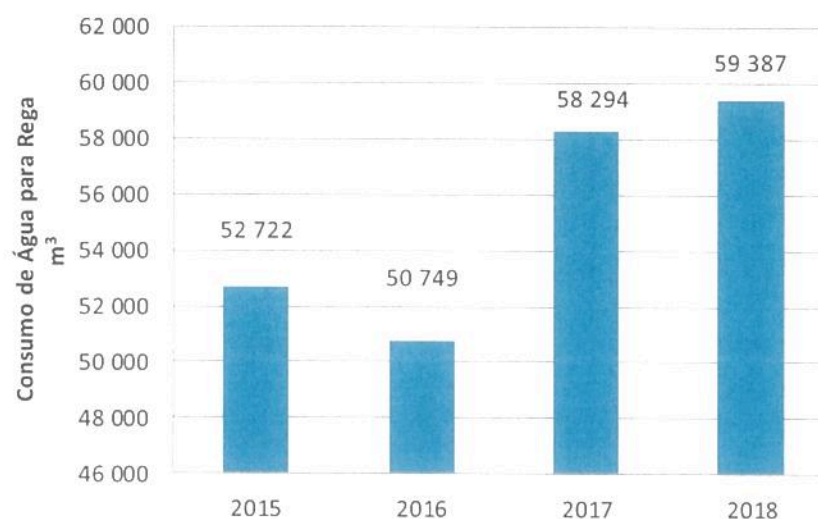


3.2.2 Consumo de água para rega

A água utilizada para rega tem origem na captação de água superficial.

Em 2018, o consumo de água para rega aumentou 1,87% relativamente a 2017, devido à recuperação do relvado em várias zonas do Parque, implicando maior consumo de água para rega.

Consumo de Água para Rega de 2015 a 2018

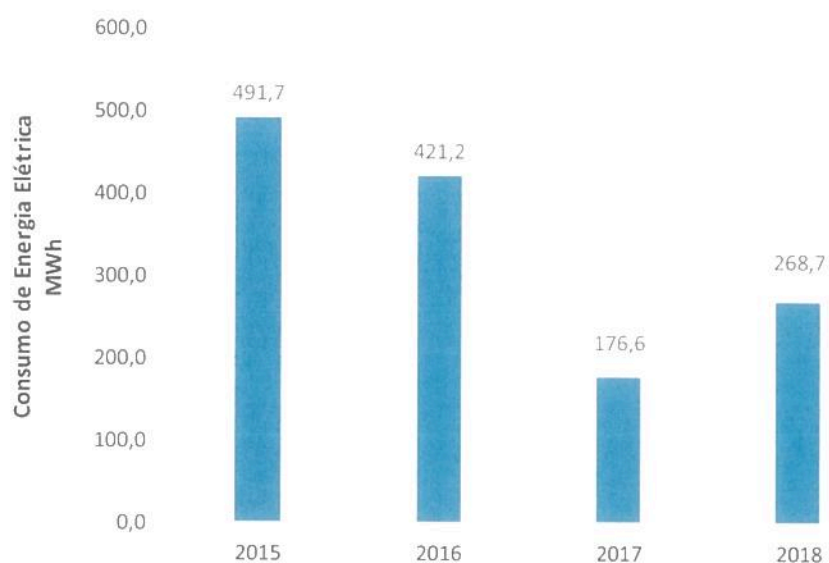


3.2.3 Consumo de energia elétrica

O consumo de energia elétrica está essencialmente associado à iluminação do parque e do edifício administrativo, ao funcionamento da central de bombagem do sistema de rega do parque, ao funcionamento dos equipamentos de ar condicionado e ao carregamento das baterias dos carros elétricos.

Em 2018 o consumo de energia elétrica aumentou 52,1% relativamente a 2017, justificado essencialmente pelo carregamento das baterias dos carros elétricos que entraram em funcionamento em 2018.

Consumo de Energia Elétrica de 2015 a 2018



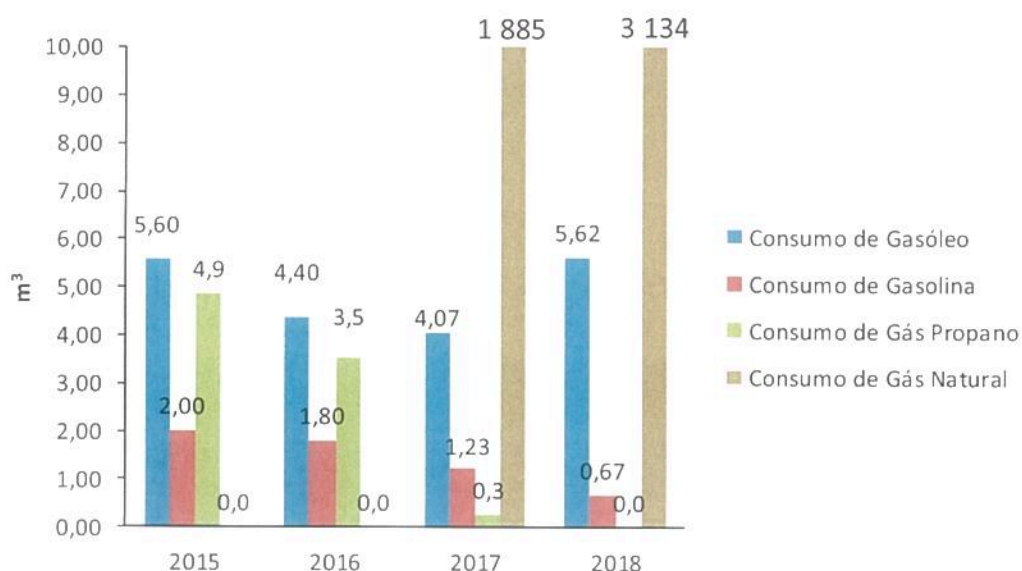
3.2.4 Consumo de gasóleo, gasolina, gás propano e gás natural

O consumo de gasóleo e gasolina está associado ao funcionamento de máquinas agrícolas e máquinas de manutenção dos espaços verdes.

O consumo de gás propano estava associado ao sistema de aquecimento de água para os balneários do edifício administrativo e balneários públicos, mas em abril de 2017 foi substituído por gás natural, justificando o aumento deste em 2018.

O consumo de gasóleo aumentou cerca de 1,38% relativamente a 2017 e o consumo de gasolina diminuiu cerca de 54,4% relativamente a 2017, justificado por uma maior utilização de equipamentos com consumo de gasóleo.

Consumo de Gasóleo, Gasolina, Gás Propano e Gás Natural de 2015 a 2018



Nota: Por motivos relacionados com a adequada interpretação dos valores apresentados para o consumo de gás natural, foi decidido manter a escala do gráfico.

3.3. Produção de Resíduos

A classificação dos resíduos é realizada de acordo com a Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014, que altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

No Parque da Cidade existem papeleiras distribuídas por todo o parque e ecopontos para recolha seletiva de papel/cartão, plástico/metall, vidro e resíduos sólidos urbanos em algumas zonas, nomeadamente zona de piqueniques, que são utilizados pelos visitantes. Estes resíduos são recolhidos pela Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A..

Os resíduos biodegradáveis (designados resíduos verdes) produzidos na manutenção do Parque ou são valorizados internamente ou recolhidos pela LIPOR para valorização orgânica.

Na manutenção do Parque da Cidade a estilha, proveniente do "Estilhaçador de madeira" (bio-triturador), é aplicada no solo como prevenção contra o crescimento de infestantes. Para além do referido, sendo um material biodegradável, a sua decomposição natural contribui para o enriquecimento dos solos onde é aplicada.

Os restantes resíduos produzidos são separados e encaminhados para destinatários autorizados, com vista à sua valorização ou eliminação.

É objetivo do Parque da Cidade apostar na sensibilização de todos os colaboradores e visitantes para a importância da prevenção da geração de resíduos e para a sua correta separação, potenciando a valorização dos resíduos. Importa realçar a atividade do Centro de Educação Ambiental neste âmbito.

Em 2018, a produção de resíduos biodegradáveis aumentou devido à necessidade de limpeza, corte, poda e abate de árvores existentes no Parque.

Os resíduos com o LER 17 01 07 são provenientes de pequenos trabalhos realizados pelos operacionais, nomeadamente nos caminhos e bordaduras.

Designação da Lista de Resíduos (Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014)	Código da Lista de Resíduos (Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014)	2015	2016	2017	2018
		ton			
Vidro	20 01 02	1,6 ^(a)	1,8 ^(a)	1,35 ^(a)	1,32 ^(a)
Papel e cartão	20 01 01	2,8 ^(a)	3,6 ^(a)	3,73 ^(a)	4,15 ^(a)
Embalagens de plástico	15 01 02	0,7 ^(a)	1,0 ^(a)	1,1 ^(a)	1,2 ^(a)
Resíduos biodegradáveis ("resíduos verdes")	20 02 01	76,6 ^(a)	115,0 ^(a)	5,5 ^(a)	25,6 ^(a)
Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores, não triados, contendo desses acumuladores ou pilhas	20 01 33*	0,03 ^(a)	0,03 ^(a)	0,03 ^(a)	0,00
Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35)	20 01 36	0,00	0,00	0,02 ^(a)	0,00
Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio	20 01 21*	0,00	0,00	0,02 ^(a)	0,00
Resíduos urbanos e equiparados, sem outras especificações	20 03 99	23,8 ^(a)	24 ^(a)	23 ^(a)	23,5 ^(a)
Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	13 12 08*	0,0	0,1	0,0	0,084
Misturas de betão, tijolos, ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos, não abrangidas em 17 01 06	17 01 07	0,0	0,0	0,036	14,96

^(a) Valor estimado pela Empresa Municipal de Ambiente do Porto (EMAP)

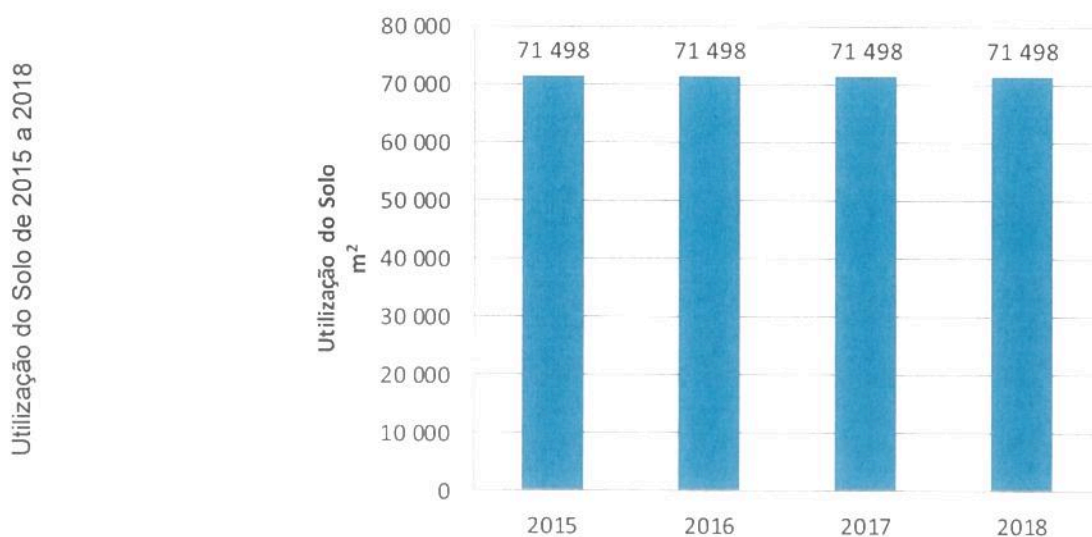
	2015	2016	2017	2018
Quantidade de Resíduos	ton			
Resíduos Totais	105,5	145,6	34,8	70,8
Resíduos Perigosos	0,03	0,2	0,118	0,084
Resíduos Não Perigosos	105,5 ^(a)	145,3 ^(a)	34,7 ^(a)	70,7 ^(a)
Resíduos Valorizados	81,7 ^(a)	121,3 ^(a)	11,7 ^(a)	32,27 ^(a)

^(a) Valor estimado pela Empresa Municipal de Ambiente do Porto

Quantidades de resíduos (ton) produzidas em 2015 a 2018

3.4. Biodiversidade

A área total do Parque da Cidade é 781 202 m² e a área de implantação do edificado é 71 498 m², valores que não alteraram desde 2015.



O Parque da Cidade contribui para a preservação da biodiversidade e desempenha um papel importante na sensibilização do público que visita o parque e da sociedade em geral.

Várias circunstâncias concorreram para que o espaço do Parque da Cidade chegasse aos dias de hoje apresentando uma biodiversidade diferencial no contexto do espaço urbano. A componente vegetal, fúngica e animal são consideradas valores naturais do Parque, sendo esta diversidade um importante fator para manter o equilíbrio ecológico baseado na relação entre os organismos vivos entre si e com o ecossistema, assegurando a sobrevivência das espécies de animais selvagens, bem como a preservação dos recursos naturais.

A flora do Parque da Cidade é diversificada. A zona poente apresenta alguns constrangimentos de desenvolvimento causados pelas condições meteorológicas adversas devido à proximidade do mar. Contudo, a

primeira fase do Parque apresenta um coberto vegetal arbóreo estável, estando em franco desenvolvimento o coberto vegetal arbustivo.

Existem no Parque da Cidade cerca de 150 espécies arbóreas, 42 espécies arbustivas, 15 espécies de árvores de fruto e 10 espécies aquáticas, num total de mais de 14 mil exemplares.

A componente vegetal do Parque apresenta zonas densamente arborizadas, sendo composta por pinheiros e eucaliptos de grandes dimensões, assim como de pequenos aglomerados de árvores e arbustos de menores dimensões, destacando-se as seguintes espécies:

Metrosíderos, Pilriteiros, Ciprestes, Pinheiros mansos e bravos, Plátanos, Choupos, Carvalhos, Amieiros, Salgueiros, Videiro e diferentes espécies de camélias das quais *C.japonica*, *C.reticulata*, *C.sasanqua*, *C.sinensis* entre outras.

A vasta diversidade da fauna existente é outro dos grandes atrativos do Parque da Cidade. Ao longo dos anos têm vindo a fixar-se de forma natural cisnes, patos bravos, coelhos, gansos, peixes, sapos, répteis, morcegos, etc.

Entrando no parque pela frente marítima a qual, dada a inexistência de "portões" permite um acesso permanente, iniciamos a visita ao parque no seu sentido longitudinal para observação do conjunto de aves que compõem a avifauna.

É precisamente nesta entrada que se situa o lago mais pequeno do parque. Dada a sua maior proximidade com o mar é abundantemente visitado pelas aves marinhas, como a gaivota-d'asa-escura, a gaivota-argêntea e o guincho-comum.

Passado este pequeno lago e seguindo em direção a "Este" o terreno sobreleva-se um pouco e é composto por uma extensa zona relvada, onde podem ser observados o pardal-comum, a alvéola-branca e, no Outono e no Inverno, bandos de estorninhos-malhados. Chegados ao topo deste ligeiro desnível de terreno encontramos a "Sul" um outro lago com uma zona de caniços. Todo este percurso pode ser feito pelos caminhos demarcados ou completamente de forma livre por toda a extensão do parque.

Seguindo, ainda no mesmo sentido, dirigimo-nos à zona central do parque. É a "Norte" desta zona que se situa a entrada mais antiga do parque e um lago em forma de retângulo onde podem ser observadas, além das espécies acima referidas, a garça-real, o pato-real, o galeirão-comum e a galinha-d'água.

Por sua vez é na entrada "Norte" que se localiza a zona mais densamente arborizada de todo o parque composta por pinheiros e eucaliptos de grandes dimensões, zona essa preferida pelo pombo-torcaz, pela pega-rabuda, pela rola-turca e pelo melro-preto.

A visita ao parque não fica completa sem uma passagem pelo maior lago nele existente rodeado por uma ampla zona relvada mas com pequenos aglomerados de árvores de pequenas dimensões, nas quais podemos ainda observar as garças-boieiras (fora da época reprodutora) e os piscos-de-peito-ruivo.

O desenho do parque teve a preocupação de modelar o espaço de forma a garantir a retenção de praticamente toda a água das chuvas. Para além disso, os lagos são abastecidos pelos níveis freáticos e por nascentes de água existentes no local. O sistema de rega do Parque da Cidade é abastecido pela água que provém dos seus

lagos. Nos lagos, envolvidos em zonas de prado e arvoredos, encontram-se presentes uma diversidade de espécies de peixes como: Enguia europeia (*Anquilla anquilla*), Gambusia (*Gambusia holbrooki*), Peixe Gato (*Ameiurus melas*), Perca-sol (*Lepomis gibbosus*) e o Pimpão (*Carassius auratus*).

Fonte: Relatório Final "Energia Fundamental/Energy for Nature" (Caracterização da Avifauna e da Ictiofauna associada aos 4 Lagos do Parque da Cidade do Porto).

3.5. Emissões de CO₂

No Parque da Cidade existe emissão de CO₂ associado ao consumo de energia elétrica, ao consumo de gasóleo e gasolina utilizado nas máquinas, ao consumo de gás propano até março de 2017 e ao consumo de gás natural a partir de abril de 2017.

Para cálculo das emissões de CO₂ foram utilizados os seguintes fatores de emissão de CO₂ de acordo com o Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho (Energia elétrica: 0,47 kg CO₂e/kWh; gasóleo: 3098,2 kg CO₂e/tep; gasolina: 2897,3 kg CO₂e/tep e gás natural: 2683,7 kg CO₂e/tep) e de acordo com o Despacho n.º 15793-D/2013, de 3 de dezembro (Gás propano: 0,17 kg CO₂/kWh).

Emissões CO₂ (ton CO₂e) de 2015 a 2018

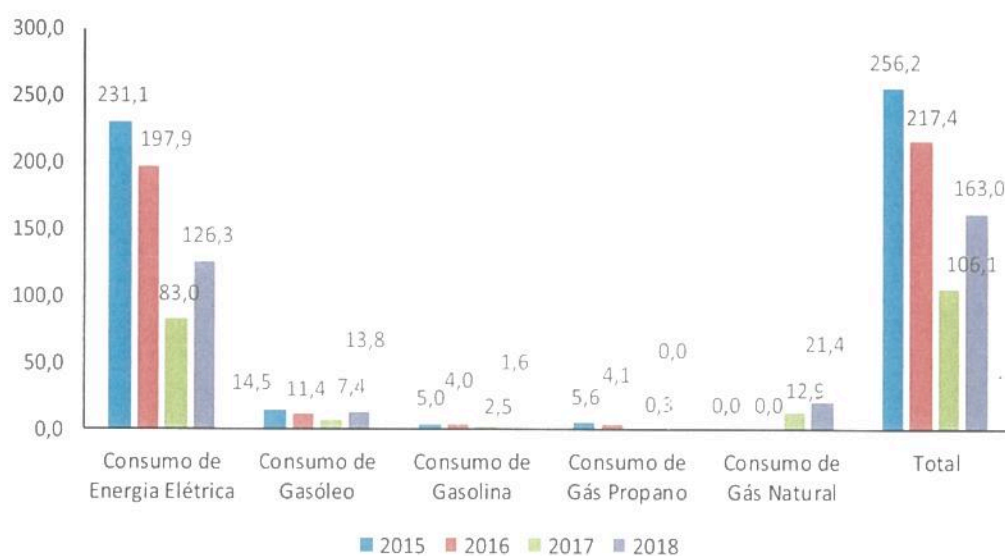




Figura 5 – Lago II

4| COMUNICAÇÃO/SENSIBILIZAÇÃO

Os trabalhadores do Parque da Cidade do Porto participam no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) sob diversas formas, nomeadamente a participação no levantamento e atualização dos aspetos ambientais e em ações de formação e sensibilização associadas ao Sistema de Gestão Ambiental e EMAS.

O Parque da Cidade, através do Centro de Educação Ambiental (C.E.A) da Divisão Municipal de Gestão Ambiental, contribui para a comunidade fornecendo atividades educativas inovadoras adequadas a todos os tipos de pessoas de todas as idades, que contêm o tema Ambiente. Estas iniciativas realizam-se através de visitas orientadas, oficinas temáticas, projeto de escolas, publicações e material didático.

É no Núcleo Rural de Aldoar, espaço recuperado no ano de 2000, que se localiza o centro de educação ambiental possuidor de uma diversidade de elementos agrícolas já pouco comuns no seio de uma grande cidade. Aqui se promovem um conjunto de iniciativas de educação ambiental, alicerçadas na divulgação e dinamização de tão expressivo património.



Dia da Agricultura – 20 de março 2018



Dia da árvore - 21 de março 2018



Dia internacional da biodiversidade
(Semana da Biodiversidade) – 21 a 25 de
Maio de 2018



Dia internacional da biodiversidade (Semana
da Biodiversidade) – 21 a 25 de Maio de
2018



Dia internacional da biodiversidade
(Semana da Biodiversidade) – 21 a 25 de
Maio de 2018



Dia Mundial do Animal – 4 de Outubro 2018

Figura 6 - Exemplos de atividades promovidas pelo Centro de Educação Ambiental

5| REQUISITOS LEGAIS/CONFORMIDADE LEGAL

O Parque da Cidade do Porto dispõe de uma metodologia de identificação e atualização periódica das obrigações de conformidade associadas aos aspetos ambientais da sua atividade, bem como de uma metodologia para avaliação da respetiva conformidade.

De seguida é apresentado um resumo dos principais diplomas legais aplicáveis aos aspetos ambientais.

Gestão Ambiental	
<p>O Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) é um mecanismo voluntário que visa promover a melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações mediante o estabelecimento e a implementação de sistemas de gestão ambiental, bem como a disponibilização de informação relevante ao público e outras partes interessadas.</p> <p>O Parque da Cidade do Porto está certificado de acordo com o referencial ISO 14001 desde 2007 e obteve o registo no EMAS de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, a 17 de abril de 2017.</p>	
Requisito Legal	Resumo
Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009	Relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), que revoga o Regulamento (CE) n.º 761/2001 e as Decisões 2001/681/CE e 2006/193/CE da Comissão.
Decreto-lei n.º 95/2012, de 20 de abril	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações situadas dentro ou fora da Comunidade num sistema comunitário de ecogestão e auditoria.
Decisão da Comissão n.º 2013/131/UE, de 4 de março de 2013	Relativa à adoção do guia do utilizador que indica os passos necessários para participar no EMAS, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).
Regulamento (UE) 2017/1505 da Comissão, de 28 de agosto de 2017	Altera os anexos I, II e III do Regulamento do (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS), que revoga o Regulamento (CE) n.º 761/2001 e as Decisões 2001/681/CE e 2006/193/CE da Comissão.
Regulamento (EU) 2018/2026, de 19 de dezembro de 2018	Altera o anexo IV do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).
Decisão (EU) 2019/61 da Comissão, de 19 de dezembro de 2018	Relativa ao documento de referência setorial sobre melhores práticas de gestão ambiental, indicadores de desempenho ambiental setorial e indicadores de excelência para o setor da administração pública, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

Responsabilidade Ambiental

No âmbito do regime da Responsabilidade Ambiental, o Parque da Cidade do Porto constituiu uma garantia financeira através da subscrição de uma apólice de seguro de responsabilidade ambiental (N.º Apólice VICTORIA 11152285 válida até 29/01/2019, renovada por um período de um ano, de 29 de janeiro de 2019 a 28 de janeiro 2020).

Requisito Legal	Resumo
Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho	Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais.

Água e Águas Residuais

O Parque da Cidade do Porto possui dois furos de captação de água subterrânea devidamente licenciados e uma captação de água superficial dos lagos também licenciada destinada para a rega dos espaços verdes:

Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Subterrânea n.º A012562.2016.RH2 de 15/09/2015 referente ao Furo 1 – Pavilhão da Água – Volume máximo anual de 4900 m³; Volume máximo mensal – mês de maior consumo: 700 m³. Volume total captado em 2018: 4752 m³.

Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Subterrânea n.º A012561.2016.RH2 de 15/09/2015 referente ao Furo 2 – Bosque – Volume máximo anual de 8400 m³; Volume máximo mensal – mês de maior consumo: 1200 m³. Volume total captado em 2018: ?? m³.

Relativamente à Licença de Utilização de Águas Superficiais n.º 15/DSGA/2006 válida até 10/01/2017, foi realizado o pedido de renovação em 03/01/2017, tendo sido recebida a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Captação de Água Superficial n.º L003157.2019.RH2 de 21/02/2019 válida até 20/02/2024, na qual o Volume máximo anual de 12 000 m³ e Volume máximo mensal de 24 000 m³. Volume total captado em 2018: 59 387 m³, volume máximo mensal (setembro): 14 044 m³.

A água para consumo humano é proveniente da rede de abastecimento de água, não sendo utilizada água proveniente das captações para este fim.

As águas residuais domésticas produzidas são descarregadas no coletor municipal.

Requisito Legal	Resumo
Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.
Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio	Aprova um novo regime sobre as utilizações dos recursos hídricos e respectivos títulos.
Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais (Águas do Porto, E.M.)	O Presente Regulamento tem por objecto os sistemas de distribuição pública e predial de água e de drenagem pública e predial de águas residuais domésticas, no concelho do Porto, de forma que seja assegurado o seu bom funcionamento global, preservando-se a segurança, a saúde pública e o conforto dos utentes.

Energia	
<p>A principal fonte de energia no Parque da Cidade do Porto é a energia elétrica que é utilizada essencialmente no edifício administrativo, iluminação do parque, funcionamento da central de bombagem associada ao sistema de rega e carregamento das baterias dos carros elétricos.</p> <p>O consumo de gasóleo e gasolina está associado ao funcionamento de máquinas agrícolas e máquinas de manutenção dos espaços verdes.</p> <p>O consumo de gás propano estava associado ao sistema de aquecimento de água para os balneários do edifício administrativo e balneários públicos, que em abril de 2017 foi substituído por gás natural.</p> <p>Em 2016 o consumo total de energia foi de 97,2 tep (Tonelada equivalente de petróleo), em 2017 foi de 46,01 tep e em 2018 foi de 65,60 tep, pelo que o Parque da Cidade do Porto não é considerado instalação consumidora intensiva de energia.</p> <p>Relativamente ao desempenho energético do edifício administrativo do Parque da Cidade, foi obtido o Certificado Energético SCE162992938, com a classe energética A, válido até 28/12/2025.</p>	
Requisito Legal	Resumo
Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril	Regula o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia, abreviadamente designado por SGCIE, instituído com o objectivo de promover a eficiência energética e monitorizar os consumos energéticos de instalações consumidoras intensivas de energia.
Despacho n.º 17313/2008, de 26 de junho	Procede à publicação dos factores de conversão para tonelada equivalente petróleo (tep) de teores em energia de combustíveis seleccionados para utilização final, bem como dos respectivos factores para cálculo da Intensidade Carbónica pela emissão de gases com efeito de estufa, referidos a quilograma de CO ₂ equivalente (kgCO ₂ e).
Despacho n.º 15793-D/2013, de 3 de dezembro	Procede à publicação dos factores de conversão entre energia útil e energia primária a utilizar na determinação das necessidades nominais anuais de energia primária.
Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto	Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios.

Gases Fluorados com Efeito de Estufa e Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono

O Parque da Cidade do Porto tem instalados dois sistemas de ar condicionado de Inversor de Sistema VRV – Daikin com 19,3 kg (40,29 ton CO₂e) e 37 kg (77,24 ton CO₂e) de R410A e 23 Unidades Internas “SPLIT”.

Em 2018 foi realizada a deteção de fugas nestes equipamentos (Ficha de Intervenção CENTERM n.º Flu 292136 e Flu n.º 292137 de 27/02/2018 realizadas pelo Técnico Manuel Simões Branco – Certificado FLU n.º 1250 (validade até 25/06/2021) da empresa Piclima, Lda. (Certificado n.º SAC 0225/2014); Registo de Intervenção AIPOR n.º 71633 e 71634 de 14/12/2018, Registo de Intervenção AIPOR n.º 64971, 64976 e 64977 de 31/07/2018 e 71634 de 14/12/2018 realizados pelo Técnico Abílio José Pires Dias (Certificado n.º TGF 000037 da empresa Clean Breeze (Certificado n.º SAC 038/2014).

Em 19/03/2018 foi realizada a Comunicação de dados à APA referente a 2017 e em 21/03/2019 foi realizada a Comunicação de dados à APA referente a 2018.

Requisito Legal	Resumo
Regulamento (UE) n.º 744/2010 da Comissão, de 18 de Agosto	Altera o Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 1005/2009 estipulando datas de interdição e datas limite para as utilizações críticas de Halons.
Regulamento (CE) n.º 1005/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro de 2009	Relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
Decreto-Lei n.º 85/2014, de 27 de maio	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
Decreto-Lei n.º 35/2008, de 27 de Fevereiro	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de Agosto, que regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
Regulamento (UE) n.º 517/2014 da Comissão, de 16 de abril de 2014	O presente regulamento tem por objetivo proteger o ambiente mediante a redução das emissões de gases fluorados com efeito de estufa.
Regulamento (CE) n.º 1516/2007 da Comissão, de 19 de dezembro de 2007	Que estabelece, nos termos do Regulamento (CE) n.º 842/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, disposições normalizadas para a deteção de fugas em equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado e bombas de calor que contenham determinados gases fluorados com efeito de estufa.
Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro	Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa. Revogou o Decreto-Lei n.º 56/2011, de 21 de abril.
Declaração de Retificação n.º 3-A/2018, de 29 de janeiro	Retifica o Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, do Ambiente, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 231, de 30 de novembro de 2017.

Resíduos	
<p>A classificação dos resíduos é realizada de acordo com a Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014.</p> <p>No Parque da Cidade existem ecopontos para recolha seletiva de papel/cartão, plástico/metall, vidro e resíduos sólidos urbanos, que são utilizados pelos visitantes. Estes resíduos são recolhidos pela Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A..</p> <p>Os resíduos biodegradáveis (designados resíduos verdes) produzidos na manutenção do Parque ou são valorizados internamente ou recolhidos pela LIPOR para valorização orgânica.</p> <p>Os restantes resíduos produzidos são separados e encaminhados para destinatários autorizados, acompanhadas por e-GAR desde 2018, com vista à sua valorização ou eliminação.</p> <p>O MIRR 2018 foi submetido em 25/02/2019.</p>	
Requisito Legal	Resumo
Decreto-Lei n.º 73/11, de 17 de junho	O presente decreto-lei procede à terceira alteração ao Decreto -Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, e transpõe a Directiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos.
Decisão da Comissão n.º 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014	que altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.
Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro	É aprovado o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 173/2008, de 26 de agosto, pela Lei n.º 64 -A/2008, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.os 183/2009, de 10 de agosto, e 73/2011, de 17 de junho, pela Lei n.º 82 -D/2014, de 31 de dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, constante do anexo à presente portaria da qual faz parte integrante.
Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril	Define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), a emitir no Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER). Revoga a Portaria n.º 335/97, de 16 de maio.
Portaria n.º 28/2019, de 18 de janeiro	Altera a Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril, que define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, marítimo e aéreo de resíduos em território nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), e a Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro, que aprova o Regulamento de Funcionamento do Sistema de Registo Eletrónico Integrado de Resíduos (SIRER).
Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de janeiro*	Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores.
Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho*	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de óleos novos e óleos usados, assumindo como objectivo prioritário a prevenção da produção, em quantidade e nocividade, desses resíduos, seguida da regeneração e de outras formas de reciclagem e de valorização.

*Em vigor no período de referência da presente Declaração Ambiental revogado pelo Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 dezembro.

Substâncias Perigosas

A quantidade de produtos químicos utilizada nas atividades do Parque da Cidade do Porto é relativamente reduzida e está associada apenas a atividades de lubrificação de máquinas realizadas na oficina.

Todos os produtos químicos encontram-se armazenados no armazém em embalagens devidamente rotuladas sob bacias de retenção e com a respetiva Ficha de Dados de Segurança.

Também são aplicados produtos fitofarmacêuticos de acordo com o Ofício Circular nº 3/2015 da DGAV que obriga os proprietários ao tratamento com produtos fitofarmacêuticos autorizados para a *Trioza erythrae* ou *Psila Africana* de todos os citrinos, como medidas tomadas pela DRAPN na área metropolitana do Porto. Em 2018 não houve aplicação de produtos fitofarmacêuticos.

Os produtos fitofarmacêuticos encontram-se armazenados em local autorizado (Autorização para o Exercício da Atividade de Aplicação Terrestre de Produtos Fitofarmacêuticos em Zonas Urbanas, Zonas de Lazer e Vias de Comunicação n.º 085-AT-ZU/ZLVC de 27 de julho de 2016) no Viveiro Municipal, localizado fora da área do Parque da Cidade do Porto.

No Parque da Cidade do Porto não são aplicados herbicidas desde dezembro de 2014. Em sua substituição é realizada a munda mecânica.

Requisito Legal	Resumo
Decreto-Lei n.º 35/2017, de 24 de março	Procede à primeira alteração à Lei n.º 26/2013, de 11 de abril.
Regulamento (UE) 2015/830 da Comissão, de 28 de maio de 2015	Altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH)
Lei n.º 26/2013, de 11 de abril	Regulamenta o uso profissional de produtos fitofarmacêuticos em explorações agrícolas e florestais, zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação; a aplicação terrestre e aérea de produtos fitofarmacêuticos; as atividades de distribuição e venda de produtos fitofarmacêuticos e seus adjuvantes.
Decreto-Lei n.º 220/2012, de 10 de outubro	Assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1272/2008, de 16 de dezembro, relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas (Regulamento CLP), que altera e revoga as Diretivas n.º 67/548/CEE Conselho de 27 de Junho e Diretiva n.º 1999/45/CE e altera o Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de Dezembro.
Decreto-Lei n.º 98/2010, de 11 de agosto	Estabelece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas e vem alterar diversas diretivas a fim de as adaptar ao Regulamento CLP
Regulamento (CE) n.º 1272/2008 de 16 de Dezembro de 2008 (Regulamento CLP)	Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.
Decreto-lei n.º 293/2009, de 13 de novembro	Assegura a execução, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, de 18 de dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (Regulamento REACH).
Regulamento (CE) n.º 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro	Registo, Avaliação, Autorização e Restrição de substâncias químicas (REACH - Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals).

6| VERIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DA DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Declaração do Verificador Ambiental sobre as Atividades de Verificação e Validação

De acordo com o anexo VII do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009

A EIC - Empresa Internacional de Certificação, Lda. com o número de registo de verificador ambiental EMAS n.º PT – V - 0006 acreditado para o âmbito Gestão do Parque da Cidade do Porto (Código NACE 81.30) declara ter verificado se o local de atividade, tal como indicada na declaração ambiental da organização Parque da Cidade do Porto com o número de registo PT-000117 cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, alterado pelo Regulamento (UE) 2017/1505 da Comissão, de 28 de agosto de 2017, que permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

Assinando a presente declaração, declaro que:

- a verificação e a validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação;
- o resultado da verificação e validação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;
- os dados e informações contidos na declaração ambiental atualizada da organização refletem uma imagem fiável, credível e correta de todas as atividades, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

O presente documento não é equivalente ao registo EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação. O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público.

Porto, 8 de Julho de 2019

Assinatura


(Verificador Ambiental Acreditado)

Revisão a 24 de julho 2019
